

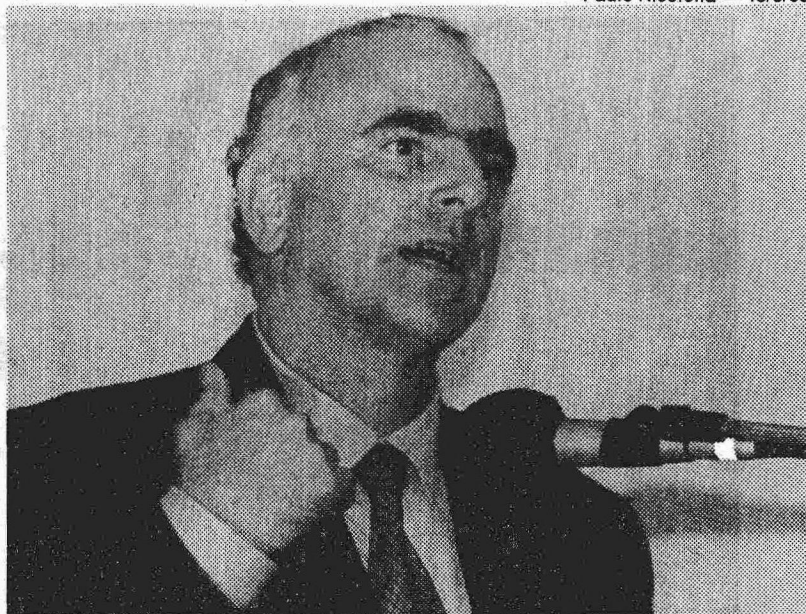
Ensino básico será fortalecido

Paulo Nicoletta — 18/8/95

■ Cardoso propõe mais recursos e piso nacional

BRASÍLIA — Durante o encontro que terá hoje com 27 governadores, na Granja do Torto, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá anunciar duas medidas importantes visando o fortalecimento do ensino básico do país: a primeira delas será o envio ao Congresso de uma emenda à Constituição criando novas fontes de recursos para financiar o ensino de primeiro grau, com uma verba estimada em R\$ 23 bilhões. A outra medida, uma antiga reivindicação dos professores, será a criação de um piso salarial nacional para a categoria, cujo valor mensal poderá ser de R\$ 400. Este piso valerá para os professores de 1ª a 8ª séries da rede pública.

O porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, não quis detalhar as duas medidas, mas informou que o presidente e o ministro da Educação, Paulo Renato, irão discutir alternativas e novas parcerias entre a União e os Estados, visando fortalecer o ensino básico em todo o país. A primeira medida concreta entra em vigor já nesta segunda-feira, o programa *TV Escola*, a ser veiculado pelas emissoras educativas, diariamente,



Paulo Renato quer parceria entre União e Estados para o ensino básico

por quatro horas, tendo como objetivo específico o treinamento de professores.

A *TV Escola* pretende atingir 46 mil escolas de todo o país e 25 milhões de alunos da rede básica de ensino. Segundo o ministro Paulo Renato, os artigos que tratam do ensino de primeiro grau são evasivos, “vamos torná-los mais específicos”. No caso do piso salarial nacional para os professores, medida em fase final de estudos no MEC, a ideia é enviar outra emenda ao

Congresso estabelecendo a obrigatoriedade dos Estados de investir pelo menos 60% dos recursos orçamentários da área educacional em ensino fundamental.

As várias mudanças na estrutura de financiamento para educação, a serem debatidas hoje por Cardoso com os governadores, não inclui qualquer alteração no artigo 212, que estabelece a obrigatoriedade da União de destinar 18% das suas receitas para a Educação. Este mecanismo será preservado, informou o ministro.